

USINA DO ITAICY FATOR DE DESESTABILIZAÇÃO (1897-1906)

ITAICY POWER PLANT: DESTABILIZATION FACTOR (1897-1906)

Paulo Pitaluga Costa e Silva

RESUMO: Após a construção da Usina do Itaicy, uma das mais modernas e produtivas do Brasil, o empresário Antônio Paes de Barros passou a se dedicar à política, elegendo-se Presidente do Estado em 1903. Seus adversários, em especial Generoso Ponce, passaram a temê-lo, pelo fato de ter se mostrado um grande administrador público e Itaicy estar transformando no homem mais poderoso do Estado. Na impossibilidade de ganharem as eleições seguintes, planejaram a revolução que terminou na morte de Antônio Paes de Barros. A Usina foi o fator preponderante na desestabilização política e econômica de Mato Grosso, que culminou com o assassinato de seu proprietário nove anos depois de ser inaugurada. Promovendo essa indústria ruptura na harmonia das forças políticas e o desequilíbrio do poder econômico no estado, deu ensejo à ascensão e queda de Totó Paes em menos de uma década.

Palavras-chave: História. Política. Economia. Antônio Paes de Barros. Mato Grosso.

ABSTRACT: After the “Usina do Itaicy” was built, one of the most modern and productive mills in Brazil, the entrepreneur Antônio Paes de Barros devoted himself to politics, and was elected President of the State of MatoGrosso in 1903. His opponents, particularly Generoso Ponce, came to fear him for his great skills as a public administrator, also because Itaicy transformed him into the most powerful man in the State. As his opponents realized the impossibility of winning the next elections, they planned the revolution that ended with the death of Antônio Paes de Barros. The Itaicy Mill was the driving factor in the political and economic destabilization of the State of MatoGrosso, culminating in the assassination of its owner, nine years after it was inaugurated. The mill promoted the harmony breakdown in the political forces and economic power in the state, triggering the rise and fall of Totó Paes in less than a decade.

Keywords: History. Politics. Economy. Antônio Paes de Barros. Mato Grosso.

Fala-se na Usina do Itaicy, construída em fins do século XIX, como um marco pioneiro no processo de desenvolvimento industrial em Mato Grosso. Fala-se em Antônio Paes de Barros, proprietário dessa usina, como um cidadão polêmico, cheio de prós e contras, que terminou assassinado em 1906, após perder uma revolução, em pleno mandato de Presidente do Estado.

Existem aspectos interessantes na história dessa usina e de seu proprietário, inseridos dentro de um contexto político e econômico do estado, no período final do século XIX e no começo do XX. E do estudo desses fatos, chega-se a uma conclusão bastante diferente da história oficial contada até hoje.

Nesse período histórico, a situação política era complicada e até mesmo ameaçadora. Vários partidos, oriundos de grupos políticos oligárquicos formados ainda no Império, abraçaram de imediato a República, o que lhes oportunizava firmar-se ainda mais, a nível regional, como os “donos” do poder e da nova ordem político-social que então se implantava. Tanto que todos os partidos aderiram de pronto à causa, tornando-se os seus chefes, de imediato, “velhos republicanos”. E a briga pelo poder continuou. Revoluções e quarteladas, que parece ter sido o grande legado dos políticos dessa primeira fase republicana ao povo matogrossense, eram atitudes tidas como normais dentro do sistema político eleitoral vigente. Eram consideradas simplesmente outras formas de se fazer política.

Os irmãos Murtinho comandavam a sua facção, ora contra, ora a favor de um outro líder, Generoso Ponce. Indicavam os Presidentes do Estado, os Senadores, compunham totalmente as bancadas dos deputados federais e estaduais. Em suma, Ponce e os Murtinho, eram os titulares do mandonismo em Mato Grosso.

Mas apesar dos choques, por vezes os grupos adversários se uniam ou então alternavam-se no

governo. Daí, haver um processo político até certo ponto equilibrado, onde as forças antagônicas deixavam sempre uma margem, uma brecha que possibilitasse futuros acordos e mudanças de lado. Isso proporcionava um quadro perfeitamente sintonizado. A disputa sim, mas também o equilíbrio e o respeito. Apesar das sérias e graves desavenças, havia certa harmonia e relacionamento entre os chefes.

Brigavam nas eleições e partiam para as revoluções, tudo fazendo parte consentida do jogo pelo poder. A certeza da rotatividade do comando deixava as coisas perfeitas e estáveis. Os grandes coronéis, mesmo quando adversários, se entendiam perfeitamente.

Por outro lado, havia ainda o poder econômico, no qual essas forças políticas se apoiavam para custear as suas eleições e revoluções. A simbiose entre o poder político e o econômico sempre existiu na história do mundo e não seria diferente em Mato Grosso, mormente em sua primeira fase republicana.

Os lados conflitantes buscavam os seus recursos tanto no governo como nos poucos grupos econômicos que então existiam e que tivessem algum poder financeiro de bancar a atividade política. Os usineiros, os comerciantes fortes, os grandes pecuaristas, estavam na média. Num patamar muito mais alto estavam a firma Almeida e Companhia, o Banco Rio Mato Grosso e a Companhia Mate Laranjeira. Estas duas últimas empresas pertencentes aos irmãos Murtinho.

Ponce se arrumava ora com um ora com outro grupo. Tinha uma pequena firma comercial e chegou a ser fornecedor do governo. Com o seu prestígio de chefe político, obtinha indistinto apoio de usineiros, de pecuaristas e por outras vezes do Banco e da casa Almeida. Dessa forma, os interesses eram atendidos.

A Companhia Mate Laranjeira era um exemplo típico. Teve tudo o que quis e pretendeu em Mato Grosso. Posteriormente o seu controle

acionário foi assumido pelo Banco Rio Mato Grosso, cujos acionistas majoritários eram os irmãos Murinho. Tal seja, essa família era a titular do poder econômico no Estado e possuía uma grande parcela do poder político. Eram esses irmãos os verdadeiros “donos” de Mato Grosso.

E nessa situação, os grupos iam se firmando. Usineiros que apoiavam o governo, que se acertava com o Banco, que financiava a Mate Laranjeira, que se beneficiava dos monopólios. Crescendo todos em comum acordo com a evolução dos acontecimentos políticos e, principalmente, em função dessa política.

Nesse acordo de cavalheiros, tanto os perdedores como os ganhadores das eleições e das revoluções, se respeitavam mutuamente, sendo o fiel da balança política, o poder econômico.

E nesse jogo, nesse espaço tão seletivo, poucos tinham o poder de mando e decisão, de qualquer lado ou facção que fosse.

Em 1897, Antônio Paes de Barros apareceu em cena, querendo participar desse jogo. E entrou, não pelo lado político, mas pelo lado econômico.

Construiu a sua usina de açúcar, a mais moderna de Mato Grosso. Comprou as máquinas da Inglaterra e Alemanha, via Argentina e edificou um colosso às margens do rio Cuiabá. Um exemplo de modernidade e de rara visão empresarial para a época. O preço foi pago, parte pelo proprietário, parte financiado pelo intermediário da Argentina, para ter o seu crédito liquidado em açúcar e, outra parte, cerca de 450 mil contos de réis, emprestados pela firma cuiabana Almeida e Companhia. Um lance de mestre de Totó Paes, pois de médio pecuarista e pequeno senhor de engenho, nesse ousado empreendimento, passou a ser o grande industrial de Mato Grosso. E rapidamente o seu poder começou a se fazer sentir.

Em volta dele começaram a se aglutinar forças. O poder eleitoral e econômico dos usineiros do Rio Abaixo começou aos poucos a formar uma elite burguesa rural industrial progressista, aliada, em princípio, com o conservador Murinho. Contrapunha-se a esse poder o grupo de Ponce, em sua maioria, constituído pela burguesia conservadora urbana.

Em 1899, dois anos depois de sua usina entrar em funcionamento, Totó Paes já estava sendo chamado por Ponce, para se manifestar com relação à indicação de candidatos. O seu despontar econômico fez com que Generoso Ponce tentasse atraí-lo para a sua facção política. Nessa ocasião Totó Paes discordou do chefe político com relação ao candidato à Presidência do Estado. No decorrer dos acontecimentos, o usineiro à frente de um pequeno exército, a Legião Campos Sales, em 10 de abril desse ano, cercou a Assembleia Legislativa e obrigou os deputados a anularem eleição de 3 de março, quando saíra vitorioso o candidato João Félix Peixoto de Azevedo para Presidente do Estado.

A partir daí, o prestígio de Totó Paes começou rapidamente a se consolidar. Manobrando com competência, tendo por base de apoio a maioria dos usineiros do rio Abaixo, candidatando-se ao cargo de Presidente do Estado em 1903, derrotou fragorosamente o grupo Ponce-Murinho, coligados no ano anterior.

Após sua entrada no cenário político em 1899, em apenas 4 anos, Totó Paes alijou Ponce, despachou os Murinho e assumiu o maior cargo político administrativo do estado. Destronou os grandes caciques, os políticos de primeira grandeza que, há tempos, ou comandavam diretamente o estado ou de há muito estavam na espera na linha sucessória, aguardando pacientemente a sua vez.

Esse seu rápido crescimento político deu-se em função exclusiva do seu poder econômico,

advindo de sua indústria açucareira do Rio Abaixo. A ascensão de Totó Paes provocou uma ruptura no equilíbrio político. O poder, antes detido por correligionários amigos ou adversários confiáveis, de repente passou para mãos de um político novato, cujo futuro seria uma incógnita para todos. O processo não foi o da perda consentida como sempre acontecera. Totó Paes, guindado pelo seu prestígio de maior industrial mato-grossense, alçou um vôo nunca imaginado pelos correligionários e nem mesmo pelos próprios adversários. E não tolerado por estes. Com essa vitória ele desestabilizou totalmente o processo político e, atropelando o acomodamento eleitoral, apossou-se tranquilamente do poder estadual sem maiores cerimônias. Estava quebrada a harmonia do jogo político e da disputa pelo poder que vinha sendo praticada em Mato Grosso desde a queda do Império.

Por outro lado, a usina do Itaicy fez o seu proprietário crescer econômica e financeiramente. Sua usina, então a 3ª maior do Brasil, produzindo açúcar e outros produtos com tecnologia moderna e avançada, com reflexos diretos nos custos de produção, deu ensejo ao enriquecimento de Totó Paes. Pelo menos até os primeiros anos do século XX. Com isso, passou a ser o principal usineiro e grande carreador de votos do rio Abaixo. Tal era o seu poder financeiro que criou uma moeda própria, circulando com plena aceitação em Cuiabá e nas regiões circunvizinhas da usina.

De imediato sobrepujou os antigos usineiros, proprietários de pequenas indústrias ou mesmo de simples engenhos. Depois passou Totó Paes a fazer sombra aos grandes comerciantes de Cuiabá e Corumbá. Suas ideias modernas e avançadas, em política, em negócios, em importação e exportação, em produção de bens, em ganhos de capital, não agradavam em absoluto o poder econômico mato-grossense. Falava em estrada de ferro, em dragagem do

rio Cuiabá, em plantação, extração e industrialização da ipeca e da borracha, em abertura de estradas. Suas ideias eram pautadas na produção em escala. Havia a possibilidade de um crescimento tal em vários ramos do setor produtivo que, em breve, poderia ser ele o número 1 de Mato Grosso. Os adversários temiam que pudesse saltar de usineiro para grande comerciante, banqueiro, detentor de monopólios. Enfim, do ponto de onde estava para “dono” do estado, eram apenas poucos passos a mais. E, sem dúvida, competência para isso ele tinha.

Assim, de alguns, tornou-se adversário figadal, como os Murtinho, com o seu banco Rio Mato Grosso e a Mate Laranjeira. De outros, da maioria dos usineiros, Totó Paes permaneceu aliado político, porém, sobrepujando-os em tecnologia de produção e lucros, causava-lhes uma ponta de inveja. E de outros, ainda, tornara-se um perigo latente, como João Batista de Almeida e seus aliados comerciantes de Cuiabá e Corumbá.

Dessa forma, Totó Paes conseguiu quebrar também a estabilidade e o equilíbrio que havia entre os detentores do poder econômico. Essa harmonia, conseguida depois de décadas de trabalho dos grandes comerciantes liderados pela casa Almeida, pecuaristas e usineiros, a par da confiança neles depositada pelos Murtinho com o seu banco e pela Companhia Mate Laranjeira, foi rompida com a rápida ascensão do usineiro.

Assim, não representou tão somente uma terceira força política que apareceu inesperadamente para confrontar com Ponce e os irmãos Murtinho. Na realidade, o surgimento de Totó Paes veio quebrar estruturas oligárquicas que há décadas adrede se acertavam e manipulavam o poder em Mato Grosso. E, principalmente, fazendo frente também ao estabelecido poder econômico mato-grossense.

A situação de apreensão política e econômica já existente, com relação ao usineiro,

agravou-se por dois pontos importantes.

Primeiro, a ascensão de Totó Paes na Presidência do Estado em 1903 mostrou o despreparo dos irmãos Murtinho, a ineficiência de Ponce e a impotência de Antônio Cesário, João Felix, Metelo, Joaquim Caraciolo e outros políticos, frente aquele estranho no ninho, que quebrara o equilíbrio e usurpara o seu poder. Eles próprios não se bastaram e, não podendo rechaçá-lo nas urnas, não puderam se manter à tona. Foram incompetentes e ineficientes no que, se presume, deveriam saber o que fazer.

Com o poder nas mãos e com recursos financeiros, a par de uma excelente administração que estava fazendo, com grande aceitação popular, muito dificilmente ele não deixaria de fazer sucessor. E os políticos tradicionais sabiam disso. Os velhos coronéis ficariam certamente mais 4 anos de fora do mando. Totó Paes era a *pièce de résistance* ao retorno do que seus adversários pretendiam e entendiam como estabilidade política e econômica em Mato Grosso.

Segundo, o preço do açúcar a partir de 1902 começou a cair consideravelmente. Os usineiros e também Totó Paes, passaram a acumular prejuízos. A partir desse ano ele não mais conseguiria pagar os juros relativos ao empréstimo a João Batista de Almeida. Além do mais, apesar de hipotecada a usina, em caso de inadimplência mais séria e efetiva do usineiro, jamais os seus financiadores conseguiriam executar a hipoteca e tomar Itaicy. Primeiro em face da detenção do poder político por parte de Totó Paes na qualidade de Presidente do Estado e também porque um exército particular defendia a sua usina. Desse modo, Itaicy e seu proprietário eram imunes às execuções judiciais e seus credores bem sabiam disso.

Daí a revolução, daí a morte de Totó Paes.

A revolução interessava aos políticos que, defenestrando-o, assumiriam o poder. Uma eleição

com Totó Paes prestigiado pela população e com o poder nas mãos, comandando o judiciário, a força pública e as urnas, seria impensável para seus adversários. Perderiam necessariamente para quem o Presidente indicasse como sucessor. A saída seria a revolução, como outras que já se tinham feito em Mato Grosso. Somente com uma quartelada em grande estilo, seus adversários teriam alguma chance de assumir novamente o controle político do estado.

A morte de Totó Paes não interessava aos políticos. Esses brigavam a torto e a direito, nas eleições e nas revoluções. Mas, na realidade, durante os combates só morria a arraia miúda. Chefe, cacique, figurão, esses se respeitavam. Até nas revoluções se percebia claramente o equilíbrio adrede proporcionado pela alternância do poder e pelo eterno rompe-se hoje, alia-se amanhã. Eram adversários políticos, mas alguns eram mesmo parentes diretos ou indiretos, compadres e irmãos de maçonaria. Não havia, assim, motivo político para assassinar Totó Paes. Estando fora do governo, sem amigos e com a sua usina em situação financeira delicada, seria ele certamente carta fora do baralho. Ao poder econômico sim. A esses poderia interessar a morte do Presidente-Industrial. Com Totó Paes vivo, continuava a pairar sobre eles o perigo de seu crescimento econômico. E a usina continuaria em suas mãos e poderia se recuperar financeiramente. Itaicy era, sem dúvida, o grande problema.

Em 1906, Ponce liderou a revolução contra o Presidente Antônio Paes de Barros. Todos contra ele. O poder político e o econômico uniram-se para tirá-lo de cena. Cada um com a sua ótica e os seus interesses pessoais e vitais. A quartelada iniciou-se em Corumbá, bem na cidade onde se concentrava todo o poder de comerciantes de grande peso. E esses comerciantes eram, se não liderados, ao menos articulados por João Batista de Almeida, para quem a Usina do Itaicy

estava hipotecada.

No decorrer dos acontecimentos, para evitar maior derramamento de sangue, Totó Paes fugiu para fora de Cuiabá, escondendo-se na Fábrica de Pólvora no Coxipó do Ouro. O historiador Rubens de Mendonça, filho de Estêvão de Mendonça amigo pessoal de Totó Paes, comentava que essa fuga teria sido arranjada por Generoso Ponce., - coisas da maçonaria e do parentesco entre as respectivas mulheres - o que provavelmente possa mesmo ter ocorrido. Mas o Presidente foi posteriormente localizado e brutalmente assassinado a sangue frio, após ter-se entregado aos seus algozes.

Politicamente não mais havia necessidade desse ato criminoso. A revolução estava encerrada e os vitoriosos, seus adversários, já estavam no poder. Seus amigos presos ou dispersados e desarticulados. Politicamente, tudo se resolvera a favor de Ponce e seus correligionários.

Mas economicamente o assassinato foi muito interessante.

No desenrolar dos acontecimentos, nenhum inquérito para apurar tal morte foi aberto. Perdeu a história a possibilidade de ter hoje um registro com informações muito seguras e precisas sobre esse crime, em especial sobre os executores e os mandantes, já que o fato em si, nada teve a ver com a revolução. Não pode ser considerado como o grande final da quartelada poncista, não sendo realmente um ato revolucionário *in extremis* e sim, queremos crer, um mero assassinato encomendado.

A morte de Totó Paes teve consequências muito drásticas. A família teve que fugir para o Rio de Janeiro, onde viveu décadas sob tensão. Os bens deixados foram delapidados. Fazendas, áreas de sesmarias, gado, bens móveis, a casa residencial na praça Ipiranga, mudaram de dono de forma repentina. A Usina Itaicy em seguida sofreu um processo de execução estranhamente rápido e foi parar

nas mãos de Almeida & Companhia ainda em 1907, a sua grande credora hipotecária.

A partir de então, foi sendo adrede formulada a versão dos vencedores. Contaram a história a seu modo, totalmente contrária a Totó Paes, enquanto cidadão, político, industrial e chefe de família. Teve a sua moral e a sua dignidade completamente achincalhada pela gente de Ponce, que se instalou mais uma vez no governo. Fez-se uma história de acordo com a visão dos vencedores, contando-se apenas o que era de seu estrito interesse. Muita coisa se omitiu e muita verdade se escondeu.

Somente duas décadas depois, algumas pistas, na realidade, começaram a aparecer.

Em 1926, com o falecimento de João Batista de Almeida, os herdeiros de Totó Paes intentaram a anulação da execução judicial do Itaicy de 1907, alegando fraude processual. Ao serem citados, os herdeiros desse comerciante fizeram imediatamente um sintomático acordo nos autos do processo e indenizaram a família Paes de Barros em 400 contos de réis. Tal acordo se acha registrado no Cartório do 2º. Ofício de Cuiabá, no livro 138, fls. 135/43, em 22 de fevereiro de 1927. Mesmo vinte anos depois, os herdeiros de João Batista de Almeida tiveram o receio de que, com a nova disputa judicial instalada, muita verdade pudesse aparecer em especial sobre o assassinato de Totó Paes. Por isso, o rápido acordo entre as partes nos autos do processo ajuizado pela família Paes de Barros.

Dessa forma, somente muitos anos após a morte, os seus herdeiros conseguiram algum recurso para uma vida mais condigna no Rio de Janeiro. E o importante, enquanto João Batista de Almeida viveu, a família de Totó Paes chegou a passar dificuldades, mas não teve coragem de intentar uma demanda judicial contra a Casa Almeida. O assassinato “inexplicável”

de Totó Paes estava muito vivo na lembrança de sua viúva e filhas. Qualquer atitude mais desabrida seria temerária, com reflexos diretos sobre todos os seus herdeiros.

Emilia Botafogo de Aquino Ribeiro, viúva de Armando de Aquino Ribeiro, neto de Totó Paes, assim se expressou em carta de 4 de agosto de 1993, enviada a Paulo Pitaluga Costa e Silva:

Meu marido me contou, sempre fatos relatados pela sua mãe Alice, que a morte de Totó Paes não foi por motivo político e sim financeiro. Quem mandou matar Totó Paes, segundo a família, foi um banqueiro de Cuiabá chamado Almeida, que foi quem financiou a Usina do Itaicy. Consta ainda que D. Úrsula tinha muito medo de ser assassinada no Rio de Janeiro a mando do tal Almeida, que depois, passou a ser dono da Usina.

Esse temor perseguiu a família no Rio de Janeiro ainda por muitos anos.

A título de maior esclarecimento podemos registrar que o historiador Alfredo da Mota Menezes contesta o motivo econômico do assassinato de Totó Paes e o seu maior argumento, sem dúvida, era de que o general Dantas Barreto estaria chegando à Cuiabá comandando forças federais. Tão logo desembarcasse recolocaria Totó Paes no governo e daí o seu assassinato. Bem posta a teoria de Menezes, mas nesse caso, pergunta-se porque Ponce o teria ajudado a fugir e depois mandado matar o Presidente do Estado.

A Usina do Itaicy, sem dúvida foi um marco do

pioneirismo, da modernidade e da bem colocada visão industrial de seu proprietário. Mas foi também o fator preponderante na desestabilização política e econômica de Mato Grosso, que culminou com o assassinato de Totó Paes nove anos depois de ser inaugurada. Promovendo ela essa ruptura na harmonia das forças políticas e o desequilíbrio do poder econômico no estado, deu ensejo à ascensão e queda de Totó Paes em menos de uma década.

Mas em outras mãos, nunca mais a usina foi a mesma. Os seus dias de glória, de produção de riqueza e acúmulo de capital, foram decaindo rapidamente a partir das sucessivas mudanças de proprietários iniciada em 1907, até a sua completa desativação em meados do século XX. Em cerca de 50 anos, o sonho do industrial pioneiro transformou-se nas ruínas que ainda hoje se vêem nas margens do rio Cuiabá.

Na comemoração do centenário de inauguração da Usina do Itaicy, em festejada solenidade na sede a Federação das Indústrias de Mato Grosso, em 1º de setembro de 1997, deu-se o início ao resgate da memória de Antônio Paes de Barros. O próprio governo do Estado, ao homenagear publicamente um seu descendente, se redimiou da revolução, da morte e de quase cem anos de desrespeito moral adrede preparado ao político mato-grossense. Após isso, certamente, novas pesquisas, novos fatos, novas análises advirão, trazendo outras luzes para se melhor contar a história de Antônio Paes de Barros e de sua Usina do Itaicy. Pelo menos com a isenção e o respeito que ambos merecem.

Referências

- BARRETO, Emídio Dantas. *A expedição a Mato Grosso - a Revolução de 1906*. São Paulo: Laemmert, 1907.
- BARRETO, João Francisco Novaes Paes. *As Revoluções de Mato Grosso e suas causas*. Cuiabá: IHGMT, 2005 (Publicações Avulsas, 67).
- CORRÊA, Emilia Botafogo de Aquino. *Carta*. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1993.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *Amorte de Totó Paes - política no interior do Brasil*. Cuiabá, Carlini & Caniato, 2007.
- PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um Chefê*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1952.
- SOUZA, Antônio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. São Paulo: Cinelândia, 1958.